

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42

Ata da reunião nº 831 do Conselho
Universitário da Universidade
Estadual de Londrina, realizada no
dia 06 de junho de 2025.

No dia seis do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, sob a presidência da Reitora, Profa. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Airton José Petris e dos seguintes Conselheiros: Inês Cristina de Batista Fonseca, Carlos Eduardo Caldarelli, Luís Alberto Garcia de Freitas, Laura Taddei Brandini, Edmilson Lenardão, Alan Salavany Felinto, João Antônio Zequi, Andréa Name Colado Simão, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Luciene Tibery Queiróz Cardoso, Eddy Krueger, Gabriel Veríssimo dos Santos, Eliel Joaquim dos Santos, André Capobianco, Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, Edméia Aparecida Ribeiro, Marcela Zanetti Corazza, Sandra Malta Barbosa, Márcio Antonio Jorge da Silva, Denise de Cássia R. Januzzi, Carla Delgado de Souza, Marcia Marques Dib, Miguel Etinger de Araújo Junior, Joabe Vieira da Costa, Ivan Jorge Alves, Bruno César Garcia, Veridiana Carolina da Silva, Zilda Aparecida F. de Andrade, Maria Elisa Cestari, Marselle Nobre de Carvalho, Maiango Dias, Letícia Gorri Molina, Guilherme Schiess Cardoso, Joanna Georgios Alexopoulos, André Lopes Ferreira, Antonio Carlos Mariano, Suzana Mali e Azenil Staviski. **Ausências justificadas:** Silvia Meletti e Adilson Luiz Seifert **Ausências sem justificativas:** Alyn Roberto A. Batarce, Adriana Alves de Oliveira, David Dequech, Sissi Araújo Viganó, Wander Luiz Mariano, Guilherme Lopes e Anne Ada de M. de Souza.

I ORDEM DO DIA - 1) Processo 23.778.832-0 - deliberar acerca da alteração da Resolução C.U. nº 031/2024, excluindo a exigência de frequência integral do Ensino Fundamental em instituições públicas brasileiras de ensino para ingresso na Universidade, por meio do sistema de cotas para estudantes de escolas públicas (Relatora: Profa. Marta Regina Gimenez Favaro)
A Reitora Profa. Marta iniciou cumprimentando e agradecendo a presença de todos, deu boas-vindas aos que já estavam na composição do conselho, aos recém-eleitos, profa. Letícia e profa. Ângela Palma e aos convidados, Profa. Ângela do SEBEC, profa. Fátima e Juliana da prefeitura municipal. Profa. Marta explicou que o debate iniciou há duas reuniões e não estava pautado, mas apresentamos a possibilidade de aprovação do “*ad referendum*” para

1 retirada da exigência do ensino fundamental para as cotas de escolas
2 públicas. Disse que a motivação veio da Pró-Reitoria de Graduação
3 e da COPS e o conselho se sentiu desconfortável, e o tema foi
4 suspenso para uma reunião específica para ampliar a discussão. Na
5 reunião anterior, após amplo debate, foi solicitado vistas do processo
6 pelo conselheiro Bruno (representante da APP). O processo foi
7 retirado de discussão, mas as manifestações foram permitidas.
8 Retornou agora com as argumentações das vistas e informações
9 adicionais debatidas anteriormente, como números, tabelas, e
10 informações sobre EJA e ENSEJA. Dando seguimento passou a
11 palavra ao conselheiro Bruno para apresentar a seguinte
12 argumentação: “Em nosso parecer, consideramos a não exigência do
13 percurso completo em escolas públicas como um desvirtuamento da
14 política de cotas para estudantes da escola pública. Isso pode
15 incentivar migrações estratégicas de estudantes de escolas privadas
16 para públicas nos últimos anos do ensino médio unicamente para se
17 beneficiar das cotas, o que é antiético e desvirtua a finalidade da lei,
18 privilegiando quem já possui vantagens. A exigência do percurso
19 integral na escola pública (da educação infantil ao ensino médio)
20 minimiza esse risco, garantindo que as vagas sejam destinadas a
21 quem de fato as necessita, de acordo com o espírito da lei e a lógica
22 da justiça social. O receio é de pessoas ‘burlarem’ o sistema, por
23 exemplo, estudando o ensino fundamental em universidade privada e
24 mudando para a escola pública apenas no ensino médio para acessar
25 a cota. Reitora profa. Marta agradeceu ao Bruno e colocou em
26 discussão novamente e se inscreve como conselheira para apresentar
27 outros argumentos e usar o tempo como os demais conselheiros, sem
28 a prevalência da presidência da mesa. Prof. Airton Petris, vice-reitor
29 passou a presidir a sessão do Conselho Universitário. Passou a
30 palavra à profa. Marta Favaro que destacou que os argumentos
31 apresentados nas vistas são importantes e faziam sentido há 20 anos,
32 quando as cotas foram estabelecidas. Temos dados que são
33 importantes de serem considerados pelo conselho. Um ponto é a
34 aproximação com a lei federal 14.723, que estabelece e regula as
35 cotas e ações afirmativas para acesso a vagas em instituições
36 públicas. Essa lei indica que a exigência é ter cursado integralmente o
37 ensino fundamental, o ensino médio, o que é mais flexível que nossa
38 regra atual. Isso não cercearia a entrada de estudantes de escola
39 pública, mas sim ampliaria a possibilidade de acesso para aqueles
40 que, porventura, fizeram alguns anos do ensino fundamental em
41 escola privada (como bolsista ou não) e todo o ensino médio em
42 escola pública. Essa lei foi formatada com ampla discussão nacional,

1 incluindo movimentos sociais e o movimento negro, o que nos dá
2 respaldo. Outro dado importante, apresentado em reuniões anteriores,
3 é que não estamos ocupando as vagas de escola pública. Em 2025, a
4 ocupação de vagas para negros de escola pública foi de 48,86%,
5 deixando quase 52% para remanejamento a outras cotas; para cotas
6 de escola pública em geral, a ocupação foi de 70%, com 30%
7 remanejado para a universal. Historicamente, as vagas de escola
8 pública não estão sendo ocupadas. A flexibilização busca ampliar a
9 entrada de nossos estudantes de escola pública nessas cotas. Além
10 disso, abriríamos a possibilidade para nossos estudantes do EJA e
11 ENSEJA acessarem a cota de escola pública, pois a maioria deles
12 não consegue comprovar o ensino fundamental em escola pública,
13 apenas o ensino médio. Gostaria que o conselho considerasse esses
14 elementos na deliberação. Em seguida, a Profa. Inês disse que
15 queria complementar a fala do colega, Cursos extremamente
16 concorridos não permitirão a entrada de alunos da escola pública. Em
17 cursos não concorridos onde sobram vagas, essas pessoas podem
18 cursar. O problema não está na escola pública, mas na forma de
19 ingresso. Mudanças no vestibular, como a junção em uma única data
20 e a futura mudança em que nem todos os cursos terão segunda fase
21 (apenas os mais concorridos, com a primeira fase classificatória), vão
22 abrir bastante para a escola pública. A não ocupação das vagas é
23 devido à nota de corte, pois o pessoal está ficando na primeira fase; e
24 se queremos ocupar a escola pública, essa mudança no vestibular é
25 importante e abrirá espaço; acredito que existe a tendência de
26 pessoas se maticularem na escola pública no ensino médio e
27 continuarem fazendo cursinho ou colégio particular; devemos pensar
28 muito bem sobre isso. Profa. Ângela Palma, defende o que foi
29 proposto pela reitoria, entende que o debate é democrático, e não
30 aceita a afirmação de fraude em nosso parecer, pois a universidade
31 estadual de Londrina e seus conselheiros nunca fizeram fraude, e
32 qualquer resultado será democrático. A lei 2711 de 2012 fala sobre
33 quem frequenta o ensino médio totalmente em escolas públicas; dizer
34 que alterar isso levará a uma fraude é uma dedução da lei. Nós
35 estamos "querendo ser mais que o rei" ao colocar uma exigência além
36 da lei. Foram anos de tentativas de acerto, e agora vemos outra
37 possibilidade que pode ser avaliada no futuro. Não há problema em
38 dizer que erramos daqui a alguns anos. Solicitou gentileza ao
39 sindicato que incentive os professores da rede estadual a fazerem
40 uma campanha para explicar aos estudantes do ensino médio que a
41 universidade estadual é pública, gratuita e possui cotas; professores
42 de escolas particulares fazem isso, mas os de escolas públicas não,

1 por acharem que o aluno não vai ou não alcança. Não adianta
2 incentivarmos futuros professores nas licenciaturas se os colegas na
3 ativa não o fazem. Peço essa contribuição para que nossas vagas
4 sejam preenchidas pelo sistema de cotas. Conselheiro Bruno fez a
5 defesa de que da mesma forma que a professora colocou, quando
6 pede uma retratação da APP Sindicato sobre a "fraude", está
7 coagindo a entidade, pois foi um conceito ideológico que nós, como
8 conselheiros, acreditamos. Quanto à minha fala, foi descabido
9 generalizar que os professores da escola pública não falam da
10 universidade. Como professor que atua e é licenciado no sindicato,
11 falo com propriedade o quanto falo desta universidade. O que a
12 senhora demonstrou é um desrespeito à escola pública ao insinuar
13 que estudantes de escolas privadas são mais incentivados. A lei é
14 passível de inúmeras interpretações, e a sua não é a única. O termo
15 "fraude" pode ter sido pesado, mas é um conceito ideológico, não
16 literal de manipulação de dados. Como representante da classe da
17 educação básica, é lamentável ouvir um parecer da universidade que
18 parece desrespeitar a escola pública. Reitora Marta solicitou fazer
19 uma parte, disse que é importante reconhecer o cuidado com que a
20 universidade trata seus assuntos. Segundo Bruno, precisamos de
21 cuidado com o tom, pois lidamos com urbanidade aqui. Terceiro, os
22 dados indicados não foram generalizações. O relatório de avaliação
23 do vestibular, já apresentado ao conselho, fundamentou o processo
24 de revisão. Dados do PROPE e da comissão de avaliação do
25 vestibular mostram que há desconhecimento nas escolas estaduais
26 sobre a universidade como escola pública, a possibilidade de
27 ingresso, cursos sem mensalidade e cotas. Ressaltou que não
28 estamos especulando, mas trabalhando com informações, dados e
29 ciência. É preciso manter o equilíbrio na compreensão. O direito de
30 resposta fica registrado em ata, e a questão da retratação será
31 discutida depois. Profa. Laura reforçou e concorda com os dados e a
32 fala da Professora Ângela. Há muitas barreiras para a entrada na
33 universidade hoje, mas a universidade se esforça para trazer o
34 máximo de estudantes. A universidade hoje está muito diferente de 20
35 ou 30 anos atrás. Os dados no processo mostram que 30 cursos
36 ficaram sem preenchimento total de vagas em 2025, um número
37 elevado, especialmente nas licenciaturas. Disse que precisamos
38 trazer alunos para dentro da universidade. Retirar a exigência do
39 percurso completo no ensino público é uma forma de abrir mais a
40 universidade. Nossa maior forma de resistência aos desmandos do
41 governo do estado é ter aluno em sala de aula, não salas vazias.
42 Profa. Marselle trouxe argumentou que a lei federal (aplicada por

1 espelhamento/analogia) diz que é preciso ter cursado integralmente o
2 ensino médio; outro elemento é a mudança que vivemos na
3 sociedade, especialmente após a pandemia. Houve migração de
4 estudantes de escolas privadas para públicas devido ao
5 empobrecimento e crise de emprego. O argumento de que a mudança
6 facilitaria a 'burlagem' é complicado; não podemos criar regras
7 pensando na má-fé o tempo todo. Não podemos impedir a entrada de
8 uma pessoa que migrou para a escola pública devido ao
9 empobrecimento de ingressar por cota. É mais uma estratégia para
10 garantir o preenchimento de nossas vagas, principalmente nos cursos
11 de baixa procura, pois a universidade é pública e precisa ser
12 preenchida pelo máximo de pessoas possíveis. Prof. João Zequi disse
13 que na reunião passada, manifestou-se sobre a parte mais técnica,
14 Profa. Ângela trouxe dados sobre o censo da universidade, e vimos
15 fragilidades na coleta de dados, diferentemente das federais. Hoje, os
16 dados consolidam que, não estamos ocupando as vagas da escola
17 pública. Precisamos trabalhar com a inteligência dos dados. Todos
18 aqui pensam em uma universidade inclusiva e querem trazer mais
19 alunos. Precisamos de uma coleta de dados eficaz. A Lei Geral de
20 Universidades (LGU) já está refletindo em várias situações nos
21 cursos. A universidade não pode ser uma "bolha" aqui no norte do
22 Paraná. Se a lei federal fundamenta, por que ser diferente? Concordo
23 que devemos ser mais inclusivos pelos dados que temos hoje.
24 Colocou que o ensino fundamental, mesmo não sendo perfeito (o
25 aluno pode fazer cursinho à noite), não é possível corrigir quem faz a
26 escola pública de manhã e cursinho à noite, pois o pobre não fará
27 isso. O mais democrático é trabalhar com os dados e tornar a
28 universidade mais inclusiva. Precisamos nos aproximar das escolas
29 públicas e trazer mais pessoas. A fragilidade atual é a formação de
30 professores. Não podemos fechar cursos por falta de alunos sob a
31 pressão da LGU; precisamos trabalhar esses aspectos. Conselheiro
32 Bruno esclareceu que quando se trabalha na política, como no
33 sindicato, há uma ânsia de falar mais alto, mas não estou fugindo da
34 urbanidade com a professora, e sim no campo das ideias. Só para
35 constar, não é nada contra a Professora Ângela ou contra este
36 conselho. Prof. Edmilson falou que gostaria de ter algumas
37 repercussões mais pautadas na política institucional, e menos em
38 dados e relatórios. Mudar o conceito para que "estudante de escola
39 pública" continue sendo apenas para o último ano não resolve a
40 questão de quem é de fato pobre; disse que historicamente, há uma
41 razão para a redução do interesse nas licenciaturas (salário baixo, por
42 exemplo), e não existe estudos aprofundados sobre isso; se não

1 preenchidas as cotas raciais em alguns cursos, se vamos alterar isso
2 também. Qual mensagem a universidade quer passar? É essa a
3 política institucional?. A lei poderia ser alterada para incluir jovens e
4 adultos (EJA/Enseja), o que resolveria um grande problema. O
5 argumento de que "o mundo está diferente" e precisamos "abrir mais
6 para aqueles que não são da escola pública" é uma decorrência da
7 não ocupação de vagas, mas há outros mecanismos. Opinou que na
8 reunião anterior não tinha prazo para deliberação, então eu pode levar
9 a discussão às bases; solicita que antes de deliberar, tenhamos mais
10 tempo para que o próximo vestibular possa incorporar mudanças.
11 Profa. Marta esclareceu que com o pedido de vista, não foi acordado
12 no conselho que teríamos outra temporalidade; o processo foi
13 reapresentado na reunião ordinária. A proposição do Professor
14 Edmilson será apreciada ao final da reunião, se estendemos ou não o
15 prazo. Profa. Inês ressaltou que gosta muito de dados; concordo que
16 não estamos preenchendo; acredito que a mudança no vestibular fará
17 diferença e gostaria que o questionário socioeconômico tivesse
18 questões sobre o percurso do aluno para termos os dados sobre o
19 ingresso do ensino público. Falou que sua preocupação é com aquele
20 que não tem condição, que não teve nenhuma oportunidade, que não
21 consegue entrar em cursos concorridos. Com a mudança do ensino
22 médio, estamos recebendo a primeira turma da nova reforma, e
23 alunos estão zerando em matemática porque seus itinerários foram de
24 humanas. Destacou que professores da rede pública estão fazendo o
25 melhor deles, mas há uma diferença no pós-vestibular, defende
26 aquele que não pôde estudar em particulares. Prof. Alan opinou que o
27 vestibular atual tem dois critérios de ingresso (vestibular e Prova
28 Paraná) que não exigem todo o percurso, o que pode não ser
29 interessante e causar injustiça. Isso precisa ser normalizado. A
30 questão da "fraude" mencionada pelo sindicato é pertinente: pessoas
31 que fazem cursinho paralelo enquanto estão na escola pública. Isso
32 vai contra a ideia de acesso para os que mais precisam. A questão
33 dos dados me incomoda. Se uma pessoa que se inscreveu como
34 cotista passa como universal, seus dados passam para "universal".
35 Isso mistura perfis diferentes e os dados não são reais. Conselheiro
36 Eliel defende a coisa pública; perguntou por que só a UEL e a UEPG
37 ainda têm essa exigência de fundamental e médio, enquanto outras
38 universidades e as federais estão tranquilas com isso, disse não estar
39 pronto para votar. Profa. Marta, esclareceu que a informação é que
40 todas as universidades federais e institutos federais que seguem esse
41 regimento trabalham com a exigência do ensino médio para cotas
42 sociais; no sistema estadual do Paraná, das sete, apenas UEL e

1 UEPG ainda mantêm a exigência do ensino fundamental e médio, as
2 outras não. Prof. Airton solicitou aprovação do conselho para que
3 Ângela e Juliana, que são convidadas, possam se manifestar. Houve
4 acordo do conselho que elas se manifestem. Passou a palavra à
5 Profa. Angela Maria de Sousa Lima (Diretora do SEBEC) disse que o
6 colega (que representa a APP-Sindicato) mencionou que a solicitação
7 de mudança em debate, pode “ofender as Ações Afirmativas”,
8 propiciando uma “migração estratégica”, algo assim. Segundo ela, o
9 mesmo mencionou a preocupação de alguém estudar uma das séries
10 do Ensino Médio em escola privada e isso “desvirtuar o sistema”.
11 Profa. Ângela Lima comentou que a solicitação de mudança
12 documental em debate não permite nenhuma das séries do Ensino
13 Médio em escola privada, do mesmo modo, trata-se especificamente
14 (e apenas) dos quatro últimos anos do Ensino Fundamental (Também
15 chamado de Fundamental 02) em escolas privadas, além das
16 especificações relativas à EJA, Enceja, escolas filantrópicas,
17 alunos/as que receberam bolsa/subsídio e não pagaram
18 mensalidades, etc, entre outras situações já mencionadas. Ela
19 argumenta que, do ponto de vista sociológico, tomando como campo
20 de análise as desigualdades socioeducacionais no Brasil, é “quase
21 óbvio” afirmar que estudantes que cursam toda a trajetória da
22 Educação Básica em escolas públicas possuem uma situação de
23 maior vulnerabilidade socioeconômica. A mesma afirmação pode ser
24 feita para pensar a situação de maior vulnerabilidade socioeconômica
25 ainda, para estudantes negros/as que cursam toda a trajetória da
26 Educação Básica em escolas públicas. Além destes/as sujeitos/as, no
27 Brasil, o que marca a caracterização sociológica de estudantes de
28 EJA e de Enceja é a situação de vulnerabilidade socioeconômica.
29 Raramente os/as filhos/as da elite econômica brasileira concluem o
30 Ensino Médio via Enceja ou cursam EJA pública. Também é quase
31 insignificante a quantidade de estudantes dessa elite econômica que
32 cursam todo o Ensino Médio regular em escolas públicas. Mesmo
33 assim, estas informações, em escala, precisam ser contextualizadas
34 com outros dados da realidade social, concreta, estrutural e objetiva
35 da política pública institucional que estamos debatendo neste
36 momento, no contexto específico da UEL. Me refiro à
37 responsabilidade social desta universidade com a ocupação de vagas
38 públicas nos cursos de graduação. Aproximadamente trinta cursos de
39 graduação têm disponibilizado vagas remanescentes nos últimos
40 anos. Foram aqui mencionados vários estudos locais que demonstram
41 que não estamos, infelizmente, ocupando todas as vagas reservadas
42 para escolas públicas. Há estudos de órgãos de pesquisa respeitados

1 no Brasil que mostram o processo de empobrecimento das famílias
2 brasileiras após a pandemia da Covid-19, como a colega já explicou.
3 Há a preocupação em ter critérios comuns para a mesma cota, como
4 já dito sobre as exigências impostas pelo governo estadual referente à
5 Prova Paraná Mais. Há a referência da Lei Federal nº 14.723/2023, já
6 mencionada pela reitora, que atualiza a Lei nº 12.711/2012, que trata
7 do programa especial para o acesso às instituições federais de
8 Educação Superior e de Ensino Técnico de nível médio de estudantes
9 pretos/as, pardos/as, indígenas e quilombolas e de pessoas com
10 deficiência, bem como daqueles/as que tenham cursado integralmente
11 o Ensino Médio ou Fundamental em escola pública, debatida
12 amplamente com os movimentos sociais progressistas, entre eles os
13 movimentos negros. Profa. Angela Lima diz que esta mudança
14 documental, que também atinge as cotas raciais de escolas públicas,
15 ampliará a quantidade de pessoas negras na universidade. E, este é
16 um dado de redução de desigualdades socioeducacionais. Não se
17 pode desvincular este dado da mobilidade social. O acesso ao Ensino
18 Superior interfere significativamente no processo de mobilidade social.
19 Se a universidade tem o compromisso com a redução das
20 desigualdades, em todas as suas dimensões, deve se preocupar com
21 a ocupação de todas as suas vagas públicas e com a ampliação da
22 quantidade de pessoas negras e de outros grupos humanos
23 socialmente subrepresentados na ciência. Penso que estamos
24 tratando da sofisticação e aprimoramento de uma política pública de
25 acesso à universidade e temos que olhar para todos os aspectos
26 relacionados à redução do fenômeno social das desigualdades. No
27 caso específico do SEBEC, lidamos diariamente com vários
28 processos de seleção socioeconômica [para comunidade externa e
29 interna]. Dentre os processos de seleção socioeconômica para
30 comunidade externa, dois grandes, com mais de mil candidatos/as
31 cada um a cada edição, concretizam-se no Edital de
32 Isenção/Desconto no Processo Seletivo Vestibular e no Edital de
33 Vagas para o Cursinho/UEL. Com base na experiência destes últimos
34 três anos acompanhando os feedbacks dos referidos processos de
35 seleção socioeconômica realizada pelas profissionais do Serviço
36 Social, posso afirmar que muitos/as candidatos/as demonstram
37 dificuldades em apresentar a documentação referente à comprovação
38 dos últimos quatro anos do Ensino Fundamental em escolas públicas.
39 Esta dificuldade é mais recorrente para candidatos/as com mais
40 idade, dado o processo de nucleação das escolas, fechamento das
41 escolas do campo, fato de cursar diferentes séries em diferentes
42 escolas, mudanças de cidade, etc. No meu ponto de vista, solicitar

1 apenas a comprovação do Ensino Médio em escolas públicas,
2 flexibilizaria os processos de entrega de documentos para a seleção
3 socioeconômica, uma vez que tomamos como um dos parâmetros a
4 mesma documentação exigida pela COPS nos seus Processos
5 Seletivos de Ingresso. Dando continuidade a Juliana fez uma fala com
6 o seguinte teor: “Sou a Juliana Bueno e estou representando o CMPIR
7 - Movimento negro, sou professora de escola pública e formada por
8 esta universidade, na graduação e mestrado, muitos aqui foram meus
9 professores. Agradeço a oportunidade de me expressar e fico
10 emocionada em falar na frente de vocês, porque esta universidade
11 tem uma importância muito grande. Primeiramente, gostaria de
12 começar destacando que são muitos problemas a serem resolvidos
13 com uma só estratégia e que a alteração desta resolução não irá
14 resolver todos os pontos levantados pelos senhores nesta manhã,
15 mas que nós do movimento negro fazemos parte da comissão de
16 acompanhamento e avaliação das cotas na UEL e essa comissão já
17 havia apontado alguns dados que nos levou a perceber que existem
18 algumas pessoas que estão ficando de fora da política de cotas,
19 pessoas que em sua grande maioria são pessoas negras, pretas
20 periféricas, que com o fechamento das classes de EJA (educação de
21 Jovens e Adultos) ofertadas pelo Estado no período noturno, ficaram
22 fora da escola, e são vítimas da distorção idade/série, reprovam de
23 ano, evadem, saem da escola pra trabalhar, e depois ao retornar,
24 voltam em supletivos pagos, passam pelo Enseja ou outras
25 modalidades de certificação que não permitem que se enquadrem na
26 certificação de conclusão de ensino fundamental pela escola pública.
27 Essas pessoas merecem entrar na universidade, a política pública de
28 cotas deve ser feita pensando nas pessoas que não tem seu acesso
29 garantido, não só em como evitar os fraudadores, porque infelizmente
30 esses existem em todas as modalidades, seja nos fraudadores de
31 impostos, ou nos fraudadores de fila preferencial, mas uma política
32 pública de ação afirmativa quando bem aplicada muda vidas, como
33 por exemplo da minha família, eu hoje sou uma pedagoga,
34 concursada na rede pública, formada pela universidade pública, saí de
35 vendedora de café no shopping para professora e isso mudou toda a
36 vida da minha família. Que após minha entrada na universidade,
37 mesmo sendo filha de um pedreiro com ensino médio e de uma
38 costureira que nem concluiu o estudo básico, tenho hoje um irmão
39 engenheiro civil, cotista, formado pela UEL, realizando o sonho do
40 meu pai, que não teve seu direito à educação garantido. O que vocês
41 fazem aqui senhores, é política pública para mudar vidas, é acesso,
42 para pessoas que não chegam, não entram, encontram portas

1 fechadas, portas que nunca se abrem. E termino dizendo que aqui,
2 todos são gabaritados, conscientes e que nada aqui se escreve em
3 pedra, e que acaso essa resolução após alterada, se verifique que
4 foram deflagrados resultados negativos, que ela possa ser alterada
5 novamente, mas hoje, nós estamos mostrando que temos estudantes
6 da periferia, que não concluíram seus estudos na idade adequada,
7 que não tiveram as oportunidades garantidas pelo sistema uma vez e
8 que agora precisam de novo de outra oportunidade, e precisamos
9 pensar neles. Muito obrigada por me ouvirem, obrigada pelo trabalho
10 de vocês, porque o trabalho de vocês muda vidas. Foi concedido uma
11 fala ao representante José Mendes, do Movimento Negro Londrina.
12 “Primeiro quero agradecer ao conselho por me permitir um espaço de
13 fala. Abri uma porta em meu coração e entraram tantas dores. Bom
14 dia aos presentes. Na história oficial o dia mais importante para o
15 povo negro é o dia 13 de maio de 1888, mas para nós é o dia 14 de
16 maio de 1888. Porque ali se iniciava a luta para se inserir em uma
17 sociedade que não nos aceitava. É uma luta que persiste até os dias
18 de hoje, tentando quebrar as barreiras impostas por essa mesma
19 sociedade, que não nos aceita. Essa discussão aqui nesse Conselho
20 versa sobre todo esse histórico! Pois cobrar dos negros que siga um
21 caminho oficial é desprezar toda essa trajetória.” Prof. Caldarelli
22 pontuou que um dos dados principais é a taxa de ocupação das vagas
23 da cota de escola pública, esse dado é uma média entre os cursos,
24 isso não caracteriza a condição dos cursos mais ou menos
25 concorridos; Os cursos de alta concorrência provavelmente têm a
26 utilização plena da cota. A folga na média (75% em 2025) vem dos
27 cursos com menor procura geral. Se flexibilizarmos, podemos apenas
28 aumentar a concorrência nas cotas de cursos já exclusivos. Devemos
29 analisar por curso, não na média. Profa. Maria Elisa esclareceu que o
30 “uso pleno” das cotas é para poucos hoje, porque quem consegue
31 ficar o tempo todo na escola pública é quem tem privilégio de não
32 precisar trabalhar; muitos migram para escolas particulares ou EJA
33 por necessidade de trabalho. A gente recusa a matrícula de pessoas
34 que não têm a documentação, porque estudaram parte do
35 fundamental em escola privada. Esses dados não existem porque eles
36 nem chegam a entrar na UEL. Pessoas mais velhas, com 30, 40, 50
37 anos, que estudaram em escolas que nem existem mais, não
38 conseguem localizar a documentação. São extremamente
39 vulneráveis. O EJA complementa, mas a maioria é feita em escolas
40 particulares. Gabriel Veríssimo (Representante Estudantil) falou que a
41 princípio, votará a favor da mudança não tenho dúvidas sobre os
42 argumentos de ambas as partes; disse que a alteração a curto prazo

1 pode resolver a questão das vagas, mas acredito que a universidade
2 falta em divulgação e aproveitamento da capacidade de comunicar
3 com o público externo, especialmente comunidades periféricas;
4 Colocou que seu tempo de colégio, nunca foi pautada a
5 universidade, só teve acesso por meus pais; disse que faculdades
6 particulares vão diretamente às escolas; UEL deveria fazer o mesmo
7 para cursos de menor concorrência; solicitou maior divulgação da
8 universidade para a comunidade externa e alteração para maior
9 inclusão a curto prazo, caso haja mau uso, a universidade reavalie.
10 Prof. Airton destacou que foi bom Gabriel registrar isso, porque você
11 já cobrava nos corredores. Prof. Edmilson solicitou que também
12 possamos convidar pessoas que não sejam favoráveis a essa
13 proposta, pois isso me parece desigualar o debate; falou que também
14 pode dar seu relato de vida como rapaz pobre do meio rural que
15 estudou em escola pública. Profa. Maria Elisa esclareceu que essa
16 proposta tem duas cotas juntas: 20% para negros em escola pública e
17 20% para escola pública. Então, a alteração afeta os negros de escola
18 pública. Prof. Edmilson registrou que para ele, é significativo ver o
19 identitarismo manifestar-se a favor ou contra a redução de uma cota
20 universalista social; Não quer uma universidade que integre o sujeito
21 para ele ser explorado no mercado de trabalho, mas que o torne
22 capaz de transformar a sociedade. Argumentos de "preencher vagas"
23 são superficiais; há um problema muito sério por trás; Conclui dizendo
24 que precisamos aprofundar o debate, talvez trazendo federais para
25 discutir uma política universalista de inclusão. Profa. Marselle, falou
26 que pediu a inscrição novamente porque gostou da fala das
27 convidadas e colegas, que ajudou a consolidar argumentos; disse que
28 o debate não se refere exclusivamente à ocupação de vagas, mas sim
29 ao quanto esta universidade inclui. Questionou por que UEL e UEPG
30 estão em caminho diferente de uma lei federal que define a exigência
31 apenas do ensino médio. A fala sobre a tentativa de acesso de
32 pessoas com mais idade chamou atenção; a universidade não pode
33 ser idadista. Pessoas que vêm do campo, passaram pelo EJA, por
34 que não permitir que entrem?. Somando os elementos, com uma
35 sociedade racista e desigual, a universidade tem que ajudar. Defendo
36 essa correção de caminho. Profa. Eloísa, destacou que o debate
37 democrático é fundamental. Perguntou se é necessário votar hoje,
38 pois o debate está trazendo novas informações e dados, dada a
39 importância do tema. A decisão impactará o vestibular do próximo
40 ano. Entende que tem tempo para aprofundar a reflexão. Disse estar
41 na mesma linha do Professor Edmilson, pedindo mais tempo. A ata
42 desta reunião e das anteriores precisam ser acessadas para que meu

1 voto e o dos diretores de centro sejam representativos. Não houve
2 tempo hábil para discutir este assunto nos conselhos de centro. Peço
3 que a votação não ocorra hoje, para que possamos levar a discussão
4 aos nossos pares. Prof. Airton falou que está anotando as
5 possibilidades de encaminhamento. Edmilson e Eloísa referendaram a
6 proposta de estender o prazo. Vamos encaminhar até o final das
7 discussões. Eliel teve uma conversa prévia com o Bruno da APP, e
8 eu ia fazer um encaminhamento, mas vou passar a fala para o Bruno.
9 Bruno parabenizou a Juliana, porque sua fala me fez refletir além da
10 razão, reconhecendo as pessoas e sujeitos marginalizados, incluindo
11 pessoas LGBT e trans. Profa. Marselle trouxe o dado da pandemia,
12 quando muitos tiveram que buscar EJA particular. Não é culpa do
13 aluno se a escola pública não é ofertada; a culpa é do sistema e do
14 governo. Isso me faz pensar nos jovens que passaram por escolas
15 privadas com bolsa e perderam. Deveríamos achar o melhor caminho
16 e não ter vergonha de voltar atrás se não der certo. Peço que se
17 considere o relato social, como a Juliana mostrou ao falar do pai. Não
18 se trata apenas de cotas raciais, mas de cotas para estudantes de
19 escola pública. Nossa defesa da escola pública é incondicional. A
20 culpa não é do estudante, muitos entraram por bolsas ou EJA rápidas,
21 e o regimento atual os impossibilita; Reavaliar nossa posição é
22 importante. Prof. Airton disse que não temos mais ninguém inscrito.
23 Esta reunião foi uma aula, a dialética é deliciosa, nos permite
24 modificar e construir novas reflexões. Temos uma proposta de
25 alteração na pauta. Profa. Ângela Sousa, ressaltou que quando o
26 colega denomina a discussão como identitarista, termo este que não
27 se adequa ao que estamos fazendo aqui, é importante lembrar que
28 a solicitação de alteração documental debatida neste processo
29 interfere sim nas cotas para pessoas autodeclaradas negras, pois
30 estamos falando de 20% desses/as 40% de candidatos/as de escolas
31 públicas. Quando o outro colega se refere à preocupação com o perfil
32 socioeconômico dos/as candidatos/as nos cursos mais concorridos da
33 UEL, é importante lembrar que existem também outras formas de
34 democratização do acesso a estes cursos, a exemplo da ampliação
35 de vagas no SISU, da ampliação de vagas para estudantes indígenas,
36 da ampliação de vagas para estudantes PEC-G, etc. Prof. Airton disse
37 que a uma "segunda vista" não existe. A possibilidade é retirada de
38 pauta ou votação. Prof. Edmilson não retira meu pedido de retirada de
39 pauta. Peço o apoio dos conselheiros; não há prejuízo em retirar e
40 ampliar o debate por um ou dois meses. Profa. Inês sugere que seja
41 retirado de pauta para que votássemos após o próximo vestibular para
42 analisar os dados do novo formato. Prof. Airton esclareceu sobre a

1 retirada de pauta do processo e colocou em votação. Houve 18 votos
2 favoráveis à retirada de pauta e 16 votos contrários à retirada. Após
3 houve os registros de voto. Profa. Eloísa agradeceu o pelo
4 encaminhamento, disse que o pedido se justifica para que a ata desta
5 reunião possa ser submetida ao conselho do Centro CTU. Profa.
6 Andréa falou que em nome do conselho de centro do CCS, gostaria
7 de registrar o voto favorável à retirada do processo, pois entende que
8 o processo democrático exige levar a discussão com base nos dados
9 apresentados nesta reunião para que eu possa representar
10 efetivamente o conselho do CCS (cerca de 30 pessoas). Profa.
11 Marselle registrou que votou pela manutenção da votação neste
12 conselho universitário, pois se sentiu devidamente esclarecida em
13 função do debate. Profa. Marta retomou a presidência da reunião e
14 fez alguns esclarecimentos; retiramos o processo para ser apreciado
15 novamente na próxima reunião ordinária; Solicitarei à Profa. Ângela
16 as informações sobre o processo de seleção social para inclusão no
17 processo. Tentaremos levantar dados específicos por cursos. É
18 importante deliberar este processo na próxima reunião. Embora não
19 tenha implicação direta no vestibular 2026 (pois a resolução do
20 vestibular foi aprovada ontem no CP e pode ser ajustada), e as
21 inscrições começam em 1º de julho, o ajustamento do regulamento
22 precisa ser feito em temporalidade adequada. Reapresentaremos o
23 processo na próxima reunião ordinária do Conselho Universitário, com
24 os dados complementares do SEBEC e o registro em ata. As atas
25 serão públicas após aprovação, e as informações podem ser
26 socializadas aos conselheiros. Espero que os diretores de centro
27 reproduzam os argumentos apresentados. José Mendes fez a
28 seguinte fala: “Novamente agradeço esse Conselho por me permitir
29 esse espaço. Em toda minha fala utilizei a primeira pessoa do plural
30 e não o singular. Pois não posso estar aqui como representante da
31 comunidade negra e trazer a minha história. A história que trago é a
32 do negro nessa sociedade segregacionista e preconceituosa. É
33 também importante resgatar a história das Cotas na UEL. Dizer que é
34 uma luta do Movimento Negro, evidente que junto com a UEL, que
35 nos abriu as portas e a possibilidade da discussão. Nessa luta nunca
36 abandonamos os que estavam ao nosso lado, que são os estudantes
37 brancos de escola pública, filhos da classe trabalhadora, os
38 trouxemos junto conosco e nunca uma entidade da classe média veio
39 nos apoiar nessa luta. Inclusive as duas vagas das entidades sindicais
40 é uma ação do Movimento Negro entendendo que era necessário
41 somarmos forças junto com as representações dos trabalhadores, que
42 também precisavam adentrar a universidade. Se os presentes não

1 sabem, na votação de cotas em 2004 só haviam duas pessoas
2 negras, era eu e um professor que infelizmente esqueci o nome. É
3 sempre importante lembrar o porquê da inclusão dos sindicatos.
4 Nesses anos todos, sempre aparece alguém questionando as cotas e
5 nunca para ampliar o quantitativo, porém a luta pela manutenção das
6 cotas só cabe a nós, e não fugiremos dela. Se fosse falar da minha
7 história, falaria de minha irmã Teresa que foi barrada na comissão de
8 homologação de cotas por causa da regra que impede um negro ou
9 negra de utilizar as cotas para entrar na UEL depois de completar
10 seus estudos por meios como o ENEM ou Enceja. Dura penalidade
11 para aqueles e aquelas que evadiram da escola e não conseguiram
12 completar seus estudos na idade certa. Como falei anteriormente, a
13 população negra desde de 14 de maio de 1888 luta para se inserir
14 nessa sociedade que a exclui, e os mecanismos são vários e sempre
15 presentes. E excluir, é reforçar a ideia de eliminação do povo negro
16 dentro do cenário brasileiro.” Profa. Marta agradeceu a presença do
17 movimento negro, pois é muito importante nessa luta e no debate. O
18 movimento negro sempre foi presente, importante e definidor nas
19 nossas ações afirmativas. Profa. Andrea solicitou um prazo maior para
20 discussão aos conselhos de centro; fez o pedido para que tenham
21 uns dois meses, não na próxima, mas na outra reunião, para que o
22 SEBEC e outras instâncias envolvidas possam esclarecer. Solicitou
23 que o CCS pudesse ter acesso a essas informações. Profa. Marta
24 retomou a presidência da reunião falou que haverá reunião do
25 Conselho Universitário em 4 de julho, onde esta ata será aprovada e
26 poderá marcar a discussão deste tema para 1º de agosto, que é a
27 reunião ordinária de agosto. Isso não impede que façam reuniões
28 antecipadamente com participação do movimento negro e sindicatos;
29 dado o recesso acadêmico, a reitora convocará um conselho
30 extraordinário em 15 de agosto para discussão e deliberação desse
31 assunto. **2 Processo 19.268.517-6 - GABINETE DA VICE-REITORIA**
32 **- deliberar acerca do instrumento de avaliação de docentes**
33 **efetivos - RETOMADA (Relatora: Profa. Marta Regina Gimenez**
34 **Favaro)** Reitora profa. Marta fez uma explicação retomando o
35 processo, solicitado pela representação estudantil. A universidade
36 tenta regular a avaliação docente desde 2017. Professor Décio e
37 Professora Ângela auxiliaram na cronologia do processo. O processo
38 inclui atas de reuniões extraordinárias anteriores que não foram
39 aprovadas, mas servem como memória do debate. A minuta do
40 documento foi amplamente debatida nos centros de estudos. A
41 avaliação docente é um tema sensível, com regras de avaliação, mas
42 são diversas nos departamentos, sem um padrão ou sistematização

1 para acompanhamento institucional. A avaliação é uma
2 obrigatoriedade legal para reconhecimento e credenciamento da
3 universidade. A instituição tem autonomia para construir o
4 instrumento. Uma comissão (gestão Berenice e Ludoviko) construiu
5 um instrumento para professores em estágio probatório, que já está
6 em curso. Em seguida, um grupo de trabalho foi constituído para um
7 formulário padronizado para professores efetivos, similar ao dos
8 probatórios. Este formulário sofreu críticas, mas chegou ao Conselho
9 Universitário para debate devido à importância da matéria, mesmo
10 podendo ser do Conselho de Administração. A discussão anterior
11 chegou ao Artigo 3º. Como não houve deliberação formal, teremos
12 que retomar o debate de como prosseguir. A universidade precisa
13 avançar na construção de um instrumento de avaliação docente.
14 Rechaçar a proposta não é uma opção, pois é preciso pensar em
15 alternativas. O que temos é uma minuta e um debate anterior.
16 Precisamos definir como prosseguir com a discussão da avaliação
17 docente efetiva. Prof. Maiango falou que é coordenador do curso de
18 psicologia, especialista em gestão de pessoas e psicologia
19 organizacional; disse que sua fala será técnica. A avaliação de
20 desempenho é um processo complicado. O instrumento atual tem
21 problemas essenciais e vícios de origem, pois deriva de um
22 instrumento anterior (do estágio probatório) que não foi bem discutido.
23 Por exemplo, cobrar produção científica de um recém-chegado em 2-3
24 anos é inviável e perigoso juridicamente. Vários itens dependem de
25 fatores externos ao desempenho no cargo. O primeiro instrumento
26 não interessava à maioria (já efetivos), por isso teve menos críticas.
27 Há um problema de temporalidade. A discussão da nova Resolução
28 180, que trata de carga horária) prevê pesos diferentes para
29 graduação e pós, mas o instrumento não está alinhado. Não temos
30 documento público que defina substancialmente nosso trabalho. A
31 avaliação está sendo definida antes de se definir o trabalho do
32 professor. Não há formação permanente para professores. Tal como
33 está, o instrumento não atende tecnicamente uma avaliação de
34 desempenho e coloca em risco a validade do sistema. Minha
35 sugestão é que, com a publicação da nova normalização interna da
36 carga horária, uma nova comissão seja formada para pensar isso,
37 com base em sugestões, definindo planos de trabalho alinhados ao
38 PDI/PEI de cada centro. Prof. Eddy esclarece que estava no GT da
39 180, e não foi adicionado peso; questiona sobre o uso dos dados do
40 ponto mensal que os docentes já preenchem. Isso já é feito
41 parcialmente e pode ser otimizado para a avaliação. Prof. João Zequi
42 concorda com Maiango e Eddy; disse que há uma questão temporal, o

1 processo é antigo; Opina que é preciso tomar cuidado para não
2 confundir a avaliação docente com a 180 horas. A questão da
3 avaliação docente em sala de aula é da CPA (Comissão Própria de
4 Avaliação) e é uma obrigatoriedade legal. Falou que não podemos
5 ficar sem um processo avaliativo. Se não concordamos, temos que
6 propor outra situação, senão o governo do estado pode impor uma
7 política de avaliação de servidores. Concorde em montar um novo
8 grupo para discutir isso, levar às bases, esgotar possibilidades. O
9 sistema Correto (acompanhamento de RH) já faz um serviço
10 importante de registro de atividades. A maior dificuldade que tive
11 como chefe de departamento era saber como avaliar o professor pelo
12 aluno, pois não havia um instrumento padrão na CPA. A CPA é uma
13 obrigatoriedade legal; precisamos valorizá-la, dar espaço, e a TI
14 precisa criar um sistema de avaliação automatizado para os alunos.
15 Profa. Laura concorda com o Professor Maiango; disse que há
16 questões a serem revistas. A temporalidade prejudica a avaliação do
17 instrumento. É preciso rever, dar para voltar para as bases. Sugeriu
18 formar um grupo para fazer uma nova proposta, respeitando o
19 trabalho anterior, mais próxima da realidade atual. Menos quantitativa
20 e mais qualitativa, permitindo a reflexão do docente sobre seu
21 percurso. Gabriel, representante estudantil indicou que, quando este
22 documento for passado nos centros, que os centros acadêmicos
23 sejam convocados e participem dessa discussão, da mesma forma
24 que acontece no meu centro, onde sempre nos convocam. Profa.
25 Ângela opinou que em respeito à comissão que foi constituída por
26 vários momentos, por que não enfrentamos aqui no conselho e vamos
27 ponto a ponto no que já existe?. A avaliação é importante. Foi
28 aprovado a avaliação dos probatórios rapidamente porque não atingia
29 a maioria; salientou que criar um novo grupo de trabalho é um
30 desrespeito a quem fez a história desse documento. Temos o poder
31 de formar as coisas rapidamente. Há coisas a serem melhoradas, mas
32 em respeito a quem fez os grupos de trabalho, façamos isso.
33 Podemos determinar reuniões para avaliar artigo por artigo. Prof.
34 Edmilson falou que desde 2022, o conselho não deliberou porque a
35 reunião foi suspensa e não houve solicitação para colocar em pauta;
36 gerou curiosidade de um estudante (Gabriel) solicitar a inclusão na
37 pauta; disse estar aqui há quase 30 anos, e fomos submetidos à
38 avaliação. A gente só sobe em classe/nível se for submetido a um
39 processo de avaliação. Por que o sistema "não funciona"?. Há uma
40 exigência de um regulamento externo; é favorável debruçar-se sobre
41 o que está produzido e a partir daí indicar a este conselho
42 encaminhamentos ou sugestões. Profa. Marta esclareceu que existe

1 sim a cobrança no processo de credenciamento da universidade. A
2 avaliação externa indicou que era necessário que a instituição
3 formatasse um processo de avaliação docente padronizado. Existe a
4 cobrança. Não é de um curso específico, mas da universidade a cada
5 5 anos e tem não tem um processo de avaliação institucional; o que
6 temos é avaliação para progressão de classes e níveis, feita por cada
7 departamento de forma diversa. Isso está errado, não dá conta de um
8 acompanhamento institucional do trabalho docente. Temos que
9 mudar. Prof. Maiango concordou, disse que a avaliação é fundamental
10 para gestão de pessoas, planejamento e investimentos. A falta de
11 padronização leva a comparações desiguais e risco jurídico. Respeito
12 pleno às comissões. A avaliação de desempenho tem um vício de
13 origem no paradigma do que está sendo avaliado. Leva a risco
14 jurídico avaliar trabalhadores por coisas fora do seu domínio de
15 trabalho. Não vamos perder o que foi feito. Defenderia uma nova
16 comissão, mas ainda vou defender que não dá para fazer isso antes
17 da aprovação da nova 180 horas. Profa. Marta explicou que são duas
18 coisas distintas. A 180 horas é sobre a qualificação da atividade
19 docente, não do regime de trabalho. A lei estadual já define o que é
20 obrigatório para meu regime de trabalho. Não precisamos transferir
21 para a nova 180 a quantificação e qualificação do regime de trabalho.
22 É possível trabalhar a temática antes de ter a nova 180 aprovada, pois
23 são questões complementares que podem ser pensadas em sua
24 especificidade. Falou que a LDB qualifica. A instituição já tem um
25 regimento de qualificação equitativa. Se o instrumento tem
26 problemas de entendimento, temos que revê-los. Mas isso não
27 impede a discussão da avaliação docente. Profa. Marselle é favorável
28 a constituir um novo grupo de trabalho. Não desconsideramos o
29 trabalho anterior. Isso pode trazer instrumentos mais robustos. Não
30 sei se conseguimos pegar as reuniões ponto a ponto para avaliar.
31 Concordo na necessidade de instrumentos únicos e critérios bem
32 definidos; é favorável à construção de uma comissão para garantir o
33 trabalho organizado. Profa. Marta explicou que o documento é amplo,
34 com percurso histórico da avaliação docente; houve 72 docentes
35 avaliados no estágio probatório, 61 processos encerrados com todos
36 aprovados, 11 ainda em avaliação. Já estamos atrasados na revisão
37 do instrumental dos probatórios. **Suguiu chamar mais uma reunião**
38 **do Conselho Universitário, com ata iniciando e fechando na**
39 **mesma reunião. Assim, constituir um o grupo de trabalho (se for**
40 **o caso).** Podemos debater no próprio conselho a elaboração do novo
41 formato. Solicitou leitura do texto da resolução proposta (Artigos 1º,
42 2º, 3º, etc.), pois os princípios lá podem ser nossa base para

1 repensar; também que olhem os anexos, pois as críticas estão todas
2 voltadas a eles. Na próxima reunião, tentaremos identificar os
3 problemas e indicar possibilidades de superação. Se o instrumento
4 base (do estágio probatório) nasceu viciado, isso pode ser anotado
5 para futura revisão. É importante registrar que, desde 2011, o GEPE
6 (Grupo de Ensino e Pesquisa) deveria pensar uma política de
7 formação continuada de professores. Falou que espera que na sua
8 gestão este conselho aprecie e aprove uma política de formação
9 continuada de professores. As pessoas precisam entender o que
10 fazem aqui. O ensino na graduação e pós-graduação exige
11 competência, que pode ser construída. Temos disciplinas com 80%,
12 90% de reprovação. O aluno entra com limitações, e o problema,
13 depois que ele se matricula, é nosso, não mais da educação básica.
14 Propôs. Nada mais havendo a tratar, a Reitora encerrou a reunião, e
15 eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”, lavrei esta ata, que
16 assino juntamente com os membros do Conselho presentes à reunião.

17

18

19

20 Marta Regina Gimenez Favaro _____
21 Reitora

22

23 Airton José Petris _____
24 Vice-Reitor

25

26 Suzana Mali _____
27 Pró-Reitora de Pós-Graduação em exercício

28

29 Zilda Aparecida F. De Andrade _____
30 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

31

32 Maria Elisa W. Cestari _____
33 Pró-Reitora de Graduação em exercício

34

35 Azenil Staviski _____
36 Pró-Reitor de Finanças e Orçamento

37

38

39 *Diretores de Centros de Estudos*

40

41 Joao Antônio Zequi _____
42 Diretor do Centro Ciências Biológicas

- 1
2 Luis Alberto Garcia de Freitas _____
3 Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes
4
5 Laura Taddei Brandini _____
6 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas
7
8 Inês Cristina de Batista Fonseca _____
9 Diretora do Centro de Ciências Agrárias
10
11 Carlos Eduardo Cadarelli _____
12 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados
13
14 Eloísa Ramos R. Rodrigues _____
15 Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo
16
17 Edmilson Lenardão _____
18 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes
19
20 Alan Salvany Felinto _____
21 Diretor do Centro de Ciências Exatas
22
23
24 Andréa Name Colado Simão _____
25 Diretora do Centro de Ciências da Saúde
26
27
28
29 *Representantes do CEPE*
30
31
32 Ângela P. Teixeira Victória Palma _____
33 Representante da Câmara de Pós-Graduação
34
35 Letícia Gorri Molina _____
36 Representante da Câmara de Pós-Graduação
37
38 Sandra Malta Barbosa _____
39 Representante da Câmara de Graduação
40
41 Marcela Zanetti Corazza _____
42 Representante da Câmara de Pesquisa

1
2 Eddy Krueger _____
3 Representante da Câmara de Pesquisa
4
5 Edméia Aparecida Ribeiro _____
6 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade
7
8 Marselle Nobre de Carvalho _____
9 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade
10
11 Maiango Dias _____
12 Representante da Câmara de Graduação
13
14
15
16
17
18
19

20 *Representantes de cada Centro não vinculado à Instância*
21 *Administrativa*

22
23 Lucienne Tibery Q. Cardoso _____
24 Representante do CCS
25
26 André Lopes Ferreira _____
27 Representante do CLCH
28
29 Denise de Cássia R. Januzzi _____
30 Representante do CTU
31
32 Marcio Antônio Jorge da Silva _____
33 Representante do CCE
34
35 Marcia Marques Dib _____
36 Representante do CEFÉ
37
38 Guilherme Schiess Cardoso _____
39 Representante do CCA
40
41 Joanna Geogios Alexopoulos _____
42 Representante do CESA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Representantes das Categorias Docentes

Miguel Etinger de Araujo _____
Representante dos professores Associados

Representantes dos Discentes

Gabriel Veríssimo dos Santos _____
Representante da Graduação do CLCH

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos

André Capobianco _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Ivan Jorge Alves _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Antonio Carlos Mariano _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Representantes Externos

Eliel Joaquim dos Santos _____
Representante das Classes Trabalhadoras-SINDPREVS

Bruno César Garcia _____
Representante das Classes Trabalhadoras – APP Sindicato Londrina

Veridiana Carolina da Silva _____
Representante das Classes Trabalhadoras - APP Sindicato Londrina